

Trabalhadores decidem pressionar na Câmara por melhoria nos salários



**Assembleia
lotada define que
Projetos de Lei
serão disputados
na Câmara
Municipal e na
negociação do SINP
simultaneamente**



**PLEBISCITO
CONSTITUINTE**

01 A 07 DE SETEMBRO

PLEBISCITO POPULAR

Por uma Constituinte Exclusiva Soberana do Sistema Político

**ATUALIZE SEU CADASTRO DIRETAMENTE
NO SINDICATO, PELO FONE 2129-2999
OU PELO WWW.SINDSEP-SP.ORG.BR**



**Sindsep já repassou
mais de 40 milhões de reais
no pagamento de
precatórios só em 2014**

EXPEDIENTE

Boletim Informativo do Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias no Município de São Paulo – Sindsep.

CONTATOS
Rua da Quitanda, 162, Centro, São Paulo/SP, CEP 01012-010.
Telefone: (11) 2129 2999

INTERNET
Site: www.sindsep-sp.org.br
E-mail: imprensa@sindsep-sp.org.br
Facebook: [facebook.com/Sindsep](https://www.facebook.com/Sindsep)
Twitter: @sindsep

DIRETORIA
Sergio Ricardo Antiequeira
Presidente
Leandro Valquer J. L. de Oliveira
Vice-Presidente

SECRETARIAS
Paula Leite
Finanças
Antônio Carlos Lima
Secretaria Geral
Elis Regina Bonachello de Melo
Educação
Lourdes Estevão Araújo
Trabalhadores da Saúde
Solange Cristina Ribeiro
Formação, Política Sind. Qualif. Prof.
Mária de Lourdes da Rocha Alves
Jurídico, Econômico e Pesquisa

João Batista Gomes
Imprensa e Comunicação
Vlami Lima
Política Intersindical e Solidariedade
Mária Cristina Cipriano Ribeiro
Políticas Sociais

Roberto Alves da Silva
Saúde do Trabalhador
Sandra Aparecida Gonçalves
Atenção Mulher

Djalma Maria Prado
Cultura e Eventos

COORDENADORES DE REGIÃO
Ronildo Ferreira da Silva
Leste I

Ejivaldo do Espírito Santo
Leste II

Luciana Maria Melo
Leste III

Bergair de Oliveira Valentino
Sudeste

Angela Aparecida de Lima Silva
Sul I

Sandro Bento de Carvalho
Sul II

Cleber Bartolomeu Gomes
Oeste

João Gabriel Guimarães Buonavita
Noroeste

José Teixeira dos Santos
Norte

Walney Araujo da Silveira
Centro

DEPARTAMENTOS DOS TRABALHADORES
Valdemar Bombini Pinto
SMADS, SEME, SMS, Verde, SFMSP e Iprem

Conceição de Maria Aragão Novaes
Aposentados

Eudes Wesley Dias Melo
Segurança Urbana

CONSELHO FISCAL
Angela Maria Severiano
Onedil Luiza Bueno
Sueli Aparecida Guarnieri
Omar Braga

José Francisco Capela

SUPLENTE DE DIREÇÃO
Junéia Batista, Alonir Roberto
Celso Onório, Helda Lourenço
Marizete Ducca, Evaldo de Almeida
Luzia Delmaschio, Luiz Rezende,
Regina Stroebel e Paulo Gomes

SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL
Fábio dos Santos e Zenilda Guimarães

IMPRESA
Diretor: João Batista Gomes
Edição: Eudes Lima – MTb 33.268
Estagiárias: Isis Torres, Daiane Macedo e Larissa Karoline
Diagramação: Marco Godoy

PRODUÇÃO
Inteligência Assessoria de Comunicação
Site: www.inteligenciacom.com.br
E-mail: eudes@inteligenciacom.com.br
Telefone: (11) 96135 1726

EDITORIAL

Servidores estão unidos e não cairão em armadilhas do governo

Essa lógica de Campanha Salarial permanente somente desgasta o funcionalismo. A campanha de 2013 se arrastou ininterruptamente se sobrepondo à de 2014. Grita a necessidade de formação, planejamento e organização para maior eficiência. Campanha Salarial precisa ter começo, meio e fim, com estratégia e pautas centrais unificadas. Acertamos nos mutirões que mobilizaram para a greve. Mas a pauta, cada um trouxe a sua. Aí fica impossível agradar todo mundo. Isso só tem sido bom para o governo que emendou duas datas bases na mesma campanha salarial e desqualificou o processo de negociação. Estamos em setembro e todos descontentes. A assembleia decidiu e agora vamos todos para a Câmara. Temos a tarefa de concluir essa campanha salarial de dois períodos. E então, já estarmos prontos para organizar a próxima. Unificar é a resposta. Mas como?

O foco para a próxima Campanha Salarial será a mudança da lei salarial (13.303). O primeiro passo é o esclarecimento. Todo servidor tem a obri-

gação de entendê-la se quiser de fato combater os mecanismos perversos que dividem o funcionalismo. Esclarecer é a primeira obrigação que o sindicato deve e vai cumprir. Aliás, já começamos com o Seminário de 2 de agosto, que além da lei salarial, debateu previdência e subsídio. Temos de iniciar um novo ciclo para os servidores na cidade. A hora é agora!

Tudo o que conquistamos sempre foi a duras penas. Não há avanços reais sem uma dose enérgica de mobilização para pressionar executivo e legislativo. Trabalhamos contra as más condições de trabalho e o assédio moral que avançam, além da precária estrutura do serviço público que não é suficiente para atender a população e precisa de mais servidores públicos concursados.

O Governo foge de um real debate sobre gestão e

funcionalismo e para a administração da cidade, perde sua primazia para a angústia gerada por décadas de perdas acumuladas e as distorções salariais que impedem o debate franco. O “cada um por si” se sobrepõem à coletividade que exige a construção de consensos e a escuta de todos os segmentos sem imposições de verdades únicas. O Sindsep, inclusive por ser um sindicato geral, não pode se dar ao luxo de cair nessa armadilha, mas não pode superar conflitos sem que os mesmos se explicitem. Somente a dialética permite essa

superação. A luta geral por uma política salarial justa e por um serviço público com boas condições de trabalho dependerá da construção com os atores, de pautas que unificam. Essas pautas precisam ser reconhecidas como mais importantes do que os bodes colocados na sala, de forma que os trabalhadores não gastem toda sua energia para afugentá-lo. Eis o desafio posto não somente ao sindicato, mas a todos.



Sergio Antiequeira - presidente do Sindsep

Presidente da Fetam é eleita diretora executiva da Contram

A CONTRAM É UMA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL E SERÁ COMPOSTA POR REPRESENTANTES DE DIVERSOS PAÍSES

O 3º Encontro Latino-americano de Trabalhadores Municipais ISP-Américas, aconteceu entre os dias 4 e 6 de agosto de 2014, em Pachuca de Soto no México. Com o intuito de fundar a Contram ISP Américas diversos representantes de entidades estiveram presentes. Em Assembleia Geral, os participantes aprovaram a equidade de gênero no quadro da direção. Foram eleitos 16 membros titulares e 8 suplentes.

A presidente da Fetam, Paula Leite, foi uma das eleitas para com-

por o quadro da direção. Entre os representantes do Brasil, estavam presentes João Gabriel Buonavita, pelo comitê de jovens da ISP, Sergio Antiequeira, presidente do Sindsep, Solange Cristina, dirigente do Sindsep e dirigentes da Fetam.

A nova organização possui diversos objetivos, dentre os principais se destacam a organização dos servidores municipais e o fortalecimento da atuação sindical em benefício dos servidores municipais das Américas. A primeira reunião oficial da Contram ISP Américas, será nos dias 5 e 6 de novembro, em São Paulo.



Dirigentes eleitos comemoram a fundação da Contram

Coletivo de Combate ao Racismo

Datas: 20 de setembro
18 de outubro
17 de novembro
22 de novembro
Horário: às 9h30
Local: Centro de Formação, Rua Barão de Itapetininga, 163 - 2º andar- República.

Curso Políticas de Gênero - I Módulo

Data: 30 e 31 de outubro
Horário: das 9 às 18 horas
Local: Centro de Formação, Rua Barão de Itapetininga, 163 - 2º andar- República.

Curso Políticas de Gênero - Módulo II

Data: 16 e 17 de dezembro
Horário: das 9 às 18 horas
Local: Centro de Formação, Rua Barão de Itapetininga, 163 - 2º andar- República.

Curso Combate ao Racismo e à Discriminação Racial – Módulo I

Data: 9 e 10 de outubro
Horário: das 9 às 18 horas
Local: Centro de Formação, Rua Barão de Itapetininga, 163 - 2º andar- República.

Curso Combate ao Racismo e à Discriminação Racial – Módulo II

Data: 4 e 5 de dezembro
Horário: das 9 às 18 horas
Local: Centro de Formação, Rua Barão de Itapetininga, 163 - 2º andar- República.

Trabalhadores decidem pressionar na Câmara por melhoria nos salários

ASSEMBLEIA LOTADA DEFINE QUE PROJETOS DE LEI SERÃO DISPUTADOS NA CÂMARA MUNICIPAL E NA NEGOCIAÇÃO DO SINP SIMULTANEAMENTE

Os trabalhadores municipais fizeram uma importante assembleia no dia 15 de agosto. A atividade ocorreu no Centro de Formação Sindical “18 de Agosto” e contou com a participação de mais de 400 servidores. A discussão principal ficou por conta dos Projetos de Lei encaminhados à Câmara que tratam das carreiras e remunerações. O Governo errou ao encaminhar para a Câmara o PL 312 (reestruturação dos Especialistas) sem concluir as negociações no SINP (Sistema Integrado de Negociação Permanente), apesar do compromisso de continuar as negociações para a construção de um substitutivo. Mais grave foi encaminhar o PLO 03 que altera a lei orgânica e o PL 311 que cria uma carreira nova de nível superior, sem sequer apresentar na mesa.

A assembleia geral é a segunda maior instância deliberativa prevista em nosso estatuto. Acima dela só o Congresso da Categoria. Por isso as duas posições divergentes trazidas das assembleias setoriais foram submetidas à votação. A primeira era de rejeitar integralmente e, por

isso, pedir a imediata retirada de todos os PLs para reiniciar as negociações sobre um outro Projeto para os Especialistas. A segunda posição foi a de manter os Projetos e exigir o encaminhamento do PL da saúde, mantendo as negociações com o governo e iniciando as discussões na Câmara Municipal para buscar avanços nas propostas e vencer as condições impostas pelo Governo. Essa segunda posição foi vitoriosa por ampla maioria, por voto, depois de intensa e acalorada discussão, características que reforçam a condução democrática das assembleias do Sindsep. De atos à greve, demonstramos nossa imensa insatisfação sobre a forma como o governo conduziu o processo de negociação.

Após muito embate os trabalhadores conquistaram a criação do PCCS nível básico da Saúde. No projeto teremos beneficiados os trabalhadores que terão nova nomenclatura em seus cargos, são eles: Agente de Saúde – Combate a Endemias; Agente de Saúde – Laboratório, Necrópsia, Radiologia; Agente de Saúde – Condutor de veículo de urgência e Agente de Saúde – Serviços Auxiliares em Primeiros Socorros.

O Sindsep entende que a postura



do governo nas negociações diante da política salarial de duas décadas, associada a posturas corporativistas de segmentos bem específicos, expuseram e acirraram a divisão existente na categoria. Por um lado, as propostas do subsídio não vão corrigir as imensas distorções salariais acumuladas e muito menos recompor perdas de todos os setores. Por outro, propostas de reajustes lineares que surgiram, ou rebaixavam as propostas já apresentadas para parte da categoria, ou sugeriam impactos para alguns segmentos que comprometiam o orçamento dos demais. A luta que ainda teremos de enfrentar é de maior e melhor gasto com o funcionalismo, com o fim das OSs e terceirizações.

O Sindsep sempre defendeu pautas que unificassem. Sobre a mudança na lei salarial, conseguimos o compromisso de mudança da lei para 2015 quando a política salarial perversa do município completará 20 anos. Para darmos esse passo temos de concluir a campanha salarial de 2014 com os melhores resultados na Câmara. O Sindsep está construindo as alterações no texto dos projetos que incorporam as reivindicações

dispostas nas mesas da Saúde e dos Especialistas. Somente junto à categoria podemos cobrar respostas do governo e fazer a devida pressão na Câmara para que os vereadores incorporem as demandas dos trabalhadores. Para tanto, já havíamos pedido algumas audiências públicas. E o monitoramento dos trabalhadores na Câmara será permanente até as votações.

Vamos ter de lotar gabinetes e plenárias, atendendo às convocações do Sindsep e defendendo as propostas construídas com a categoria.

O que o Sindsep está exigindo para as reestruturações da Saúde e do Nível Universitário

- Reajustes sobre o subsídio complementar para a saúde, uma vez que o governo já garantiu para os Especialistas – **JÁ CONQUISTADO**
- Enquadramento pela correspondência entre os tempos exigidos nas carreiras de forma que a categoria 13 atual chegue à categoria 17 da nova carreira
- Conversão dos tempos nas categorias atuais para cumprimento dos tempos de progressão e promoção nas novas carreiras
- Pagamento dos valores integrais de PPD e GDA para todos os não optantes pelas novas carreiras, ativos e inativos
- Mecanismos de incentivo, benefícios e vantagens com critérios democráticos para o cumprimento de horas extras, plantões extras e a jornada nos finais de semana, feriados e horários noturnos
- Concurso anual de remoção
- Fixação dos servidores admitidos nas categorias finais
- Contagem de títulos, tempos e avaliações de desempenho dos não optantes de forma a garantir progressões e promoções entre o período de publicação das leis dos PCCSs e 30 de abril de 2014
- Opção para J40 para todos os Especialistas em J30
- Opção definitiva para a J40 e J24 para todos os profissionais com Jornadas Especiais de trabalho, inclusive para os em exercício de cargo em comissão para fins de incorporação
- Reenquadramento dos empregados públicos da AHM nas carreiras atuais, corrigindo o tempo não aproveitado, antes do regime jurídico único
- Contagem do tempo de emprego público para AHM e HSPM para todos os fins como aposentadoria, bem como quinquênio e sexta-parte nas carreiras em que couberem
- Saque do FGTS com multa de 40% para os empregados públicos com 70 anos ou mais e continuidade de atendimento pelo HSPM
- Saque imediato do FGTS após extinção dos contratos conforme compromisso estabelecido em protocolo
- Retroatividade a 1º de maio das diferenças remuneratórias decorrentes do regime jurídico único
- Progressões e promoções para os empregados públicos até o momento do enquadramento
- Criação dos cargos para implementação do Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT) no âmbito da Administração Pública Municipal direta e indireta, conforme a Lei nº 14.641/2007

Ação judicial para evolução funcional de PEIs e Diretores

MEDIDA EXIGIRÁ A CONTAGEM DO TEMPO DE ADI E DIRETOR DE EQUIPAMENTO SOCIAL

O Departamento Jurídico do Sindsep trabalha em uma ação coletiva para exigir na justiça que a PMSP considere a contagem do tempo anterior a transformação

do cargo das PEIs, Diretores de Escola e CPs, para fins de evolução funcional. Boa parte dos servidores nessa transformação perderam até 15 anos de dedicação na mesma função nas creches, quando classificados como iniciantes de carreira na educação.

O Sindsep está nesta causa junto

com professores, diretores e coordenadores que construíram a história das creches, história que esse sindicato se orgulha de fazer parte.

Importante lembrar que as ações ganhas têm sido estendidas pela justiça apenas para trabalhadores filiados ao proponente da ação, no caso o Sindsep.

Mesa Setorial da Educação - Governo prevê para 2015 abertura de concurso público

O Sindsep realizou com o governo, no dia 1º de agosto, a mesa setorial de educação. Os principais pontos discutidos foram: quadro de apoio; demora na concessão das aposentadorias das Peis; falta de professores (as); ampliação do módulo de professores (as); evolução Funcional; informes sobre previsão para abertura de concursos; indicação de pauta para próxima reunião e discussão sobre férias de janeiro nos CEIs.

QUADRO DE APOIO - O representante do governo informou que estão sendo realizados estudos para a reestruturação das carreiras de nível médio e básico para o conjunto da categoria e disse que em breve apresentarão uma proposta.

Evolução Funcional nas duas novas referências

A portaria nº 4.292, de 30 de julho de 2014 institui na SME o Programa de Inovações Pedagógicas e de Gestão na Rede. O Artigo 1º foi questionado por deixar de fora do programa a maior parte dos docentes, gestores e supervisores. O Sindsep reivindicou que seja reconsiderada essa questão, para que mais profissionais participem do programa. Outro ponto questionado foi com relação à tabela de evolução funcional, no qual cobramos a permanência dos critérios atuais sem alterações que possam dificultar a evolução funcional.

O governo informou que está prevista para 2015 a abertura de concursos públicos para o provimento dos cargos de diretor de escola, supervisor e professor de educação infantil.

O Sindsep, que luta por uma nova forma de organização do atendimento do Polo, reivindicou a retomada das discussões sobre as férias coletivas dos professores(as) no mês de janeiro.

Consulte em nosso site as Portarias: PORTARIA Nº 4.291, DE 30 DE JULHO DE 2014 – publicado no DOC de 31/07/2014 – página 28.

Estabelece procedimentos para o enquadramento por Evolução Funcional

dos integrantes da carreira do Magistério Municipal nas duas referências acrescidas na Escala de Padrões de Vencimentos do Quadro do Magistério Municipal e do Quadro dos Profissionais de Educação. Link: <http://goo.gl/4GOABu>

PORTARIA Nº 4.292, DE 30 DE JULHO DE 2014 – PUBLICADO NO DOC DE 31/07/2014 – página 19.

Institui na Secretaria Municipal de Educação o Programa “Inovações Pedagógicas e de Gestão na Rede”, para Profissionais da Educação integrantes da Carreira do Quadro do Magistério Municipal, que se encontram nas referências que especifica e dá outras providências. Link: <http://goo.gl/CKCpwd>

Aposentadoria

A demora na concessão dos pedidos de aposentadoria está ocorrendo devido ao grande número de solicitações, essa foi a justificativa apresentada pela representante do governo. O Sindsep protocolou um ofício cobrando a demora da publicação na concessão de pedidos de aposentadoria das professoras da educação infantil. Leia matéria publicada no site do Sindsep e confira o ofício protocolado pelo Sindsep e a resposta do governo. Link da matéria publicada (<http://goo.gl/E0c0ha>). O Sindsep considera inaceitável a demora e cobra do governo providências imediatas para solucionar o problema e atender o que prevê a lei.

Falta de professores e ampliação do módulo sem regência.

O problema de falta de professores(as) tem assolado há muito tempo as unidades escolares. Nos CEIs o problema é maior devido ao grande número de aposentadorias, o que, consequentemente, agrava as férias que são concedidas aos docentes que foram convocados em janeiro para trabalhar no polo.

Em resposta, o governo disse que tem se esforçado para suprir essa falta nas escolas convocando professores(as) a mais do que as vagas existentes, mas tem enfrentado dificuldades no preenchimento de todas as vagas devido ao grande número de desistências. O Sindsep continua cobrando do governo a manutenção e a ampliação do módulo sem regência, ou seja, mais professores volante por período.

Plano Municipal de Educação da cidade de São Paulo

O PL nº 415/2012, que aprova o Plano Municipal de Educação está em fase de discussão na Comissão de Educação, Cultura e Esportes da Câmara Municipal de São Paulo.

Confira os eixos temáticos das audiências públicas do PME que ocorrerão durante o mês de agosto e setembro deste ano.

Todas as audiências serão realizadas no período da manhã das 9 às 12 horas, na Câmara Municipal de São Paulo- Viaduto Jacaré, 100, Centro de São Paulo. Participe!

Audiências Públicas sobre o Plano Nacional de Educação

DATA	HORÁRIO	LOCAL	TEMAS	PALESTRANTE
16 de agosto	9 às 12 horas	Plenário 1º de Maio, 1º andar	Apresentação do Substitutivo ao PL 415/2012	
23 de agosto	9 às 12 horas	Salão Nobre, 8º andar	Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação Inclusiva	Profº Lisete Arelaro (FEUSP)
30 de agosto	9 às 12 horas	Plenário 1º de Maio, 1º andar	Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional	* a confirmar
13 de setembro	9 às 12 horas	Salão Nobre, 8º andar	Valorização Profissional e Educação Superior	Profº Marcia Jacomini (Unifesp)
20 de setembro	9 às 12 horas	Plenário 1º de Maio, 1º andar	Educação para os Direitos Humanos	Prof. José Sérgio de Carvalho (FEUSP)
27 de setembro	9 às 12 horas	Auditório Prestes Maia, 1º andar	Financiamento, Gestão Democrática e Regime de Colaboração	* a confirmar

CALENDÁRIO DE ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO

REUNIÃO DO COLETIVO DA EDUCAÇÃO

O coletivo é um espaço privilegiado de reflexão, debate e aprofundamento das questões relativas a pauta de reivindicação dos profissionais da educação. A presença de todos(as) é muito importante, devemos nos manter unidos e mobilizados.

Dia: 9 de setembro

Horário: 17h30

Tema: Lei do piso do Magistério e Moção de repúdio ao PROJETO DE LEI 01-00341/2014 do Vereador Nelo Rodolfo (PMDB) – que dispõe sobre o funcionamento dos Centros de Educação Infantil, Escolas Municipais de Educação Infantil e Centros Municipais

de Educação Infantil nos dias em que for decretado ponto facultativo.

CURSO DE FORMAÇÃO SINDICAL

Tema: Direitos Humanos

Dia: 26 de setembro

Horário: 8h30 às 17h30

Local: Auditório do Centro de Formação 18 de Agosto. Rua Barão de Itapetininga, 163. 2º andar. República.

Para os profissionais da educação dispensa ponto garantida pela portaria nº 4.454, de 6 de agosto de 2014 que retifica a portaria 7.289 de 30 de dezembro de 2013. Solicite sua dispensa para a chefia e participe desta atividade!

SEMINÁRIO DA EDUCAÇÃO

O seminário é destinado para os profissionais da educação e já tem dispensa

ponto garantida pela portaria nº 4.454, de 6 de agosto de 2014 que retifica a portaria 7.289 de 30 de dezembro de 2013. Solicite sua dispensa para a chefia e participe desta atividade!

Dias: 6 e 7 de novembro

Horário: 8h30 às 17h30

Local: Auditório do Centro de Formação 18 de Agosto. Rua Barão de Itapetininga, 163. 2º andar. República.

CURSO DE CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS

Confira as datas do curso de contação de história do Sindsep.

Módulo 1 – Contar histórias técnicas e recursos

Turma 2 – 13 e 27 de setembro

Turma 3 – 11 e 25 outubro

Turma 4 – 8 e 29 de novembro

Horário: 9 às 15 horas

Módulo 2 – Fábulas e possibilidades educativas

Turma 1 – 4 e 18 de outubro

Horário: 9 às 15 horas

Atenção! Para cursar o Módulo 2, o aluno deverá ter participado do Módulo 1.

Os cursos de contação são ministrados pela Professora, atriz e jornalista Zezé Bueno, que é formada em Comunicação Social pela FAAP, com licenciatura em Língua Portuguesa e especialização em Leitura pela UNIESP. Os cursos são homologados pela SME, pontuando para a Evolução Funcional.

Os interessados deverão entrar em contato através do telefone 2129 2999 – ramal 233, falar com Elaine. Ou dirigir-se diretamente ao Sindsep. Rua da Quitanda, 162. Centro. Corra! Temos poucas vagas!

6º Seminário dos trabalhadores da Saúde

Entre os dias 3 e 5 de setembro, o Sindsep realizará o 6º Seminário dos Trabalhadores da Saúde. Serão tratados temas pertinentes às atuais circunstâncias da Saúde Pública, assim como suas implicações em relação a trabalhadores e usuários. O Seminário será dividido em três temas: Política de Saúde Pública; Modelos de Gestão da Saúde Pública e Gestão de Pessoas na Saúde Pública.

Durante o encontro, serão realizados, também, trabalhos em grupo para sistematizar os anseios e as propostas dos trabalhadores da saúde pública municipal.

O 6º Seminário dos Trabalhadores da Saúde será mais um momento de luta pela consolidação de um sistema de saúde 100% público, universal, gratuito e de qualidade para seus usuários com condições decentes para seus trabalhadores.

Mesa de Negociação

Nos últimos meses as pautas das mesas de negociação da saúde giraram em torno da reestruturação da carreira da saúde, mas diversas questões envolvendo o dia-a-dia dos trabalhadores da saúde não poderiam deixar de ser abordadas. O Sindsep participou, em julho, da Mesa de Negociação da Autarquia Hospitalar Municipal e tratou dos seguintes temas:

1. Informações sobre o último concurso da AHM: A chamada aos candidatos aprovados está em processo de conclusão e muitos aprovados já estão em processo de escolha de vagas. Há uma possibilidade de aumento da TLP das unidades da AHM em 2015, o que demandaria novas chamadas aos habilitados ou um novo concurso público. O Sindsep apoia esta possibilidade. Por outro lado, há o problema do desligamento automático de muitos contratados de emergência sem que haja tempo para que os novos concursados se adaptem a suas novas atribuições. O governo alega que não se gaste verbas e que não se sobreponham trabalhadores sobre a TLP. O Sindsep está agindo para que, aos contratados de emergência, seja dado tempo para que possam repassar seus conhecimentos técnicos.

2. Falta temporária de depósito de FGTS para parte dos Trabalhadores da AHM: foi informado que o problema foi localizado dentro das instâncias da Caixa Econômica Federal (que fez o depósito correto e, em seguida, realizou o estorno do dobro do valor depositado) e que tal equívoco já foi corrigido: os valores já foram devolvidos aos beneficiários.

Campanha Salarial dos Trabalhadores da Saúde

Em 2013, o Sindsep apresentou uma proposta de recomposição salarial para os trabalhadores da saúde: a proposta feita pelo Sindsep era que primeiro se recompusesse as tabelas salariais para depois tratar da reestruturação das carreiras, mas o governo apresentou a proposta de recomposição salarial junto com a de reestruturação. O resultado foi apresentação de tabelas com valores baixados e atraso das negociações.

Diante disso, o Sindsep mobilizou os trabalhadores da saúde para que todos conquistassem a merecida valorização salarial. Foram realizadas Assembleias dos Trabalhadores da Saúde; Seminário dos Trabalhadores da Saúde; Conferência Municipal de Saúde; ações no Conselho Municipal de Saúde; intervenções nas Audiências Públicas da área da Saúde; reuniões dos Coletivos da Saúde (HSPM, Covisa, Zoonoses, AHM, etc.); Mesas de Negociação; mobilizações e reuniões nos locais de trabalho; fóruns sindicais; Seminários sobre remuneração por subsídio; atos públicos, paralisações e greve; elaboramos Abaixo Assinados; entregamos cartas ao prefeito; e preparamos documentos analisando o subsídio. Ações que visaram debater o novo plano de carreira com a categoria, pondo-a em movimento, e pressionar o governo municipal a avançar em determinados pontos do projeto.

Abaixo listamos os pontos do projeto de reorganização dos quadros dos profissionais da saúde que, com o decorrer das negociações, avançaram ao encontro das demandas dos trabalhadores:



- **Constituição de um Grupo de Trabalho para Mudanças na Lei Salarial;**

- **Aumento do valor nas tabelas salariais dos Auxiliares Técnicos em Saúde e dos Técnicos em Saúde;**

- **Retorno dos trabalhadores do Nível Básico do antigo QPS para a carreira da saúde com incorporação das gratificações;**

- **Migração de regime jurídico – de CLT para estatutário – para os trabalhadores da AHM e do HSPM, trazendo o tempo para o serviço público;**

- **Paridade para os aposentados optantes pelo PCCS e incorporação de remunerações permanentes na aposentadoria;**

- **Incorporação das gratificações da saúde ao salário padrão, o que garante que o 13º salário e o adicional de férias sejam calculados acima dos valores cheios de remuneração;**

- **Progressão funcional em 18 meses contando apenas com critério de tempo de efetivo exercício;**

- **Mudança de nível (promoção) sem limite de vagas (fim da barreira de nível);**

- **Reajuste para o subsídio complementar em 2017.**

A última Assembleia da Saúde apontou que a grande maioria dos trabalhadores da saúde terão ganhos com a proposta e que o Sindsep deve prosseguir a negociação do projeto a ser encaminhado para a Câmara, decisão foi aprovada em Assembleia Geral.

Por outro lado, o Sindsep entende que não se pode parar de progredir nas conquistas, sendo que todos temos

que continuar com as pressões sobre o governo para que se ajustem os pontos que ainda não atendem as necessidades dos trabalhadores, são eles:

- **Proposta de migração dos Auxiliares Técnicos em Saúde para o cargo de Técnicos em Saúde;**

- **Correções das distorções no enquadramento dos trabalhadores do HSPM e da AHM nas novas tabelas salariais;**

- **Tratamento aos aposentados do INSS que continuam trabalhando no HSPM;**

- **Resgate imediato do FGTS para os trabalhadores do HSPM e da AHM que migrarão para o regime estatutário;**

- **Previsão de pagamento de adicional por plantão em fins de semana e em feriado;**

- **Opção definitiva para os servidores que cumprem jornadas especiais de trabalho;**

- **Criação do cargo de Técnico de Segurança do Trabalho;**

- **Enquadramento dos servidores admitidos com consideração do tempo de Prefeitura;**

- **Reabertura de opção para 2015 e 2016;**

- **Valorização na tabela salarial dos trabalhadores em final de carreira.**

A luta para que se ajustem os pontos acima irá até a votação do Projeto de Lei. Fiquem atentos às datas de discussão e votação do PL na Câmara, estejam presentes e forcem os vereadores a acatarem as demandas dos trabalhadores da saúde. Do mesmo modo, as mobilizações para que se mude a Lei Salarial devem seguir, pois sabemos que sem a mudança desta lei, as recomposições salariais conquistadas serão perdidas rapidamente.

Plebiscito Popular Constituinte

A VOTAÇÃO PARA UMA CONSTITUINTE EXCLUSIVA E SOBERANA DO SISTEMA POLÍTICO OCORRERÁ ENTRE OS DIAS 1 E 7 DE SETEMBRO DE 2014

O Plebiscito é uma ferramenta de democracia direta, onde todos exercem o direito de voto para aprovar ou não sobre determinada questão. Desde o ano 2000 movimentos sociais começaram a se organizar para iniciar os plebiscitos populares sobre diversos temas, onde desde então foi possível a participação de qualquer pessoa, independente de raça, etnia ou classe social. Desta forma as pessoas se organizam em grupos em seus bairros, universidades, escolas e sindicatos, aonde quer que seja, para discutirem com a população sobre um determinado tema e coletar votos. O principal objetivo do Plebiscito Popular é dar voz a milhões de pessoas, permitindo que brasileiros exponham sua vontade política e pressionem os poderes públicos.

Há pouco mais de um ano, entre os meses de junho e julho de 2013, milhões de pessoas foram as ruas em busca de melhores condições de vida, saúde, educação e direitos sociais e políticos. Todas as manifestações, protestos e cartazes que estamparam as ruas, representavam a insatisfação da sociedade brasileira com o sistema político atual. Diante dos resultados obtidos em 2013, com a revogação da tarifa de transporte público coletivo, chegou-se à conclusão de que é com luta e determinação que teremos condições de solucionar problemas fundamentais em nossa sociedade, tais como: moradia, educação, saúde, transporte público, trabalho, igualdade nos salários, etc. Por isso é preciso mudar o sistema político brasileiro e para que essa grande mudança se concretize é preciso que milhares de brasileiros se unam em uma só voz, assim como nas manifestações, e partam para ação, organizando um Plebiscito Popular Constituinte.

A presidenta Dilma já chegou a apresentar uma proposta para a con-

sulta do povo, mas recuou diante da pressão do partido PMDB, do Supremo Tribunal Federal e “radicais de esquerda”. Desde agosto de 2013 a proposta do Plebiscito Popular Constituinte se espalhou por todo o Brasil, e hoje já contamos com diversos Movimentos Sociais, Sindicatos e Organizações Políticas que entraram na luta para começar esse trabalho.



Roberto Paronoff

A IMPORTÂNCIA DE UMA CONSTITUINTE EXCLUSIVA E SOBERANA DO SISTEMA POLÍTICO

No dia internacional da juventude, 12 de agosto, foi realizada uma manifestação no centro de São Paulo em defesa da Constituinte Popular, a atividade reuniu cerca de 2 mil pessoas nas ruas, e já assumiu o compromisso de ocupar o país até setembro, mês destinado as votações do plebiscito. O foco da manifestação foi popularizar a

importância de ter uma reforma no sistema político do país com apenas uma pergunta: Você é a favor da convocação de uma constituinte exclusiva e soberana sobre o sistema político?

importância de ter uma reforma no sistema político do país com apenas uma pergunta: Você é a favor da convocação de uma constituinte exclusiva e soberana sobre o sistema político?

VOTAÇÃO

A votação para uma Constituinte Exclusiva e Soberana do sistema político ocorrerá entre os dias 1 e 7 de setembro de 2014. Qualquer grupo ou pessoa pode organizar local de votação com uma urna. O primeiro passo é criar um comitê e para isso é preciso apenas que tenha uma pessoa interessada em participar do Plebiscito, a partir de então você já pode convidar seus amigos, familiares e pessoas mais próximas para se organizarem e darem início ao comitê. O passo seguinte é estar em contato com o Comitê mais próximo ou do seu município, e dar início ao processo de divulgação da campanha que vai desde assembleias e reuniões até atividades culturais. Fique atento, pois a partir do mês de agosto os comitês já podem começar a se preparar para as votações. O Sindsep já tem um Comitê que está organizando atividades, mas você em seu local de trabalho também pode montar um. Para mais informações sobre as atividades que estão sendo realizadas, entre em contato com o Sindicato através do telefone: 2129-2999.

Secretaria de Cultura do Sindsep

SECRETARIA FOI CRIADA AFIM DE PROPORCIONAR ENTRETENIMENTO AO SERVIDOR

No XI Congresso do Sindsep, realizado nos dias 23, 24 e 25 de outubro de 2013, foi aprovado a criação de uma Secretaria de Cultura no Sindsep.

Um espaço que proporcione diversão, entretenimento e conhecimento aos servidores é o anseio de um Sindicato que deseja o melhor para o seu filiado. Por isso, com a proposta de criar uma secretaria específica é possível a organização e realização de eventos e atividades relacionadas a diversas áreas.

CONFIRA ALGUMAS DAS ATIVIDADES PLANEJADAS PELA SECRETARIA DA CULTURA

Teatro:

O Sindsep vai iniciar um curso de teatro no dia 22 de setembro de 2014, com o objetivo de formar um grupo de atores para a criação e produção de espetáculos com temáticas sociais. Abaixo confira as informações e regras para participação:

Direção: Mauro Schames é ator com mais de 20 anos de profissão. Já trabalhou com Antunes Filho, Antonio Abujamra e Celso Frateschi. Com Frateschi formou o grupo de teatro da CUT que se encontra atualmente no seu terceiro espetáculo.

Vagas: 30 (trinta) Caso haja mais inte-

ressados que vagas, será obedecida a ordem de inscrição. Os demais entrarão em uma lista de espera e serão chamados conforme surgirem novas vagas.

Valor: O curso será subsidiado pelo Sindsep.

Duração: 3 meses

Aulas: 1 vez por semana – as segundas-feiras – 19 horas (com 3 horas de duração)

Crêditos de inscrição:

- Ser trabalhador(a) público municipal;
- Ser filiado e estar em dia com as mensalidades;

Crêditos de exclusão:

- Faltar a 2 aulas no mês sem justificativa comprovada;
- Deixar de ser filiado ao Sindicato;

O prazo para inscrições é até o dia 17 de setembro, para mais informações ligue 3214-0812 – Andrea.

Campeonato de Futebol dos Trabalhadores Municipais

– Edição Zoonoses. O Sindsep realizará o 1º Campeonato de Futebol para servidores. Esta primeira edição é voltada apenas para os trabalhadores de Zoonoses e em breve o Sindsep realizará um

campeonato geral. Se você é da Zoonoses inscreva seu time e participe!

Existem outras atividades planejadas relacionadas a teatro, música e esportes. Se você tem interesse em participar de alguma destas atividades, ou tem alguma sugestão de atividade cultural, veja mais em nosso site.



Seminário Saúde

O 6º Seminário dos Trabalhadores da Saúde será nos dias 3, 4 e 5 de setembro no Centro de Formação do Sindsep, na Rua Barão de Itapetininga, 163 - 2º andar- República. O Seminário tratará de temas pertinentes as atuais circunstâncias da Saúde em São Paulo e no Brasil, assim como suas implicações na vida dos trabalhadores e usuários.

Seminário Educação

O Seminário dos Trabalhadores da Educação acontecerá nos dias 6 e 7 de novembro, no Centro de Formação 18 de Agosto, na Rua Barão de Itapetininga, 163 - 2º andar- República. Para mais informações entre em contato com a Secretaria de Educação pelo telefone (11) 2129-2999.

Seminário SFMSP

O Sindsep realiza o Seminário dos Trabalhadores do Serviço Funerário do Município de São Paulo no dia 16 de outubro das 8h30 às 17h30, no Centro de Formação 18 de Agosto, na Rua Barão de Itapetininga, 163 - 2º andar- República. O Seminário tem como tema o Combate a Terceirização do Serviço Funerário e a Precarização do Trabalho, para isso haverá debates sobre a situação atual dos profissionais dessa área visando a melhoria do setor. Para mais informações entre em contato com a Secretaria Geral, pelo telefone (11) 2129-2999.

Seminário Agentes de Apoio

O 7º Seminário dos Agentes de Apoio, será nos dias 27 e 28 de novembro, no Centro de Formação 18 de Agosto, na Rua Barão de Itapetininga, 163 - 2º andar- República. O Seminário é voltado para todos os profissionais Agentes de Apoio da Prefeitura e terá mesas temáticas para discutir a valorização do trabalho e a ampliação de direitos. Para mais informações/inscrições entre em contato com a Secretaria Geral pelo telefone (11) 2129-2999.

Sindsep já repassou mais de 40 milhões de reais no pagamento de precatórios só em 2014

A PERSPECTIVA É QUE O VALOR PAGO PARA OS SERVIDORES DOBRE ATÉ O FINAL DESTES ANOS

Os precatórios são direitos exigidos pelos servidores municipais que não foram reconhecidos pelo governo. A única saída de um servidor que é enganado pelo governo é entrar com uma ação exigindo a recuperação daquilo que lhe foi “retirado”. As ações mais conhecidas são dos 62% e 81%, da época do então Prefeito Maluf que retirou esses percentuais dos trabalhadores em 1994 e 1995, respectivamente.

Só neste ano o Sindsep já repassou mais de 40 milhões de reais em precatórios, envolvendo mais de duzentos processos e o pagamento para mais de mil autores. Há milhares de processos em andamento e o governo ainda deve repassar muita verba para ser restituída.

Há muita desinformação nas unidades de trabalho sobre o assunto, como por exemplo de que as ações com advogados particulares são mais rápidas que as ações do Sindsep. Isso é uma ilusão, os trâmites judiciais são os mesmos,



não há nenhuma diferença nos prazos. O que ocorre é que quando a ação é movida por um advogado particular e é julgada improcedente, a informação não circula. No caso do sindicato, a informação é pública, os associados têm todas as informações necessárias, inclusive em nosso site.

Outro tema que tem preocupado os servidores está relacionado ao caso dos pagamentos já efetuados, das prioridades de precatórios de pequeno valor, e os acordos firma-

Mas por que o precatório demora?

Um grande problema que enfrentamos é com a demora nos precatórios, pois a prefeitura que antes protelava os pagamentos não reservava verbas para efetua-los, agora reserva uma parte e transfere para a Justiça (porque uma Emenda Constitucional assim determinou – emenda esta que foi julgada inconstitucional, mas ainda não foram decididos os efeitos desta decisão), mas posteriormente entra a lentidão da justiça, trata-se

de um serviço público sucateado tanto quanto o serviço público municipal – faltam equipamentos, faltam funcionários, além da demanda ser altíssima.

A Emenda Constitucional – determinou que os idosos (acima de 60 anos) e doentes crônicos têm “prioridade” no recebimento do precatório, ou seja, foi criada uma fila somente para esses trabalhadores, mas que também depende da ordem de seus créditos.

dos nos anos anteriores, em relação a esta questão, os pagamentos estão acontecendo. O problema é que existe uma tramitação burocrática que, por vezes, atrasa um pouco a liberação para os servidores. Um dos problemas que todo mundo acaba esquecendo, é que sobre os montantes devidos, há retenções para o IPREM e para o HSPM antes de liberar os pagamentos, portanto, é preciso checar os cálculos e garantir a correção dos valores pagos. Independentemente do tempo que demore todos os pagamentos serão efetuados aos servidores.

É importante ressaltar que os pagamentos efetuados são os de

créditos de pequeno valor, precatórios com prioridade e acordos. As prioridades são requeridas para todos os servidores que tem mais de sessenta anos ou com problemas de saúde que autorizam a antecipação do recebimento.

Todos os valores pagos são corrigidos, não são os valores de face do precatório, e a perspectiva é que este valor pago para os servidores no mínimo dobre até o final deste ano!

É importante também deixar claro que não são todos os ser-

vidores com mais de sessenta anos ou com créditos de pequeno valor, que tem valores a receber. Existe um problema de demora, também, no judiciário.

PARA OS QUE TEM PRIORIDADE, OS VALORES PARA RECEBIMENTO ESTÃO LIMITADOS A UM VALOR MÁXIMO QUE HOJE GIRA EM TORNO DE QUARENTA E OITO MIL REAIS. PORTANTO, SE OUVIR POR AI QUE O SINDICATO NÃO PAGA, SAIBA QUE ESTÁ OUVINDO UMA INVERDADE.

Imposto de renda e precatórios

Muitos servidores têm problemas na hora de declarar o imposto de renda. O que acontece é que a Prefeitura tem informado a data da disponibilização do recurso ao judiciário e pode acontecer do ano fiscal terminar sem que o servidor tenha recebido o precatório. Assim, a Receita Federal questiona o servidor sobre a ausência da declaração deste recebimento, o que acarreta na dificuldade em declarar o imposto. Nestes casos, se houver notificação da Receita, é importante entrar

em contato com o Departamento Jurídico do Sindsep para regularizar a situação. Há casos onde a simples retificação da declaração basta para resolver o problema, e em outros casos o Departamento encontra uma solução rápida para o caso.

O departamento Jurídico do Sindsep está à disposição dos associados para prestar todas as informações necessárias sobre as ações, processos ou demais questões jurídicas, seja por telefone, e-mail ou na própria Sede do Sindicato.

Admitidos estáveis e não estáveis

O departamento jurídico do Sindicato elaborou um requerimento para os servidores admitidos buscando a evolução funcional destes servidores, com o aproveitamento do tempo de serviço. Se você ainda não entrou com este requerimento, entre em contato conosco, que lhe forneceremos

os materiais necessários para o preenchimento do requerimento. O Departamento Jurídico estuda os próximos passos para dar continuidade a esta luta, porque não é aceitável que estes servidores estejam com remuneração tão defasada e com tantas dificuldades em suas carreiras.

Nota sobre ação da revisão geral anual

O Sindsep ajuizou ações civis públicas contra a Prefeitura, o Serviço Funerário e o IPREM, requerendo a aplicação da revisão geral anual prevista na Constituição e na legislação municipal, em índices que reflitam a perda aquisitiva da moeda a partir do ano de 2008.

Vale dizer que o Sindsep pede, na ação, que seja dispensada a necessidade de edição anual de lei específica sobre o percentual da revisão e que a Prefeitura faça um reajuste o padrão de vencimentos dos servidores nos índices (IPC-FIPE) de 4,50% a partir de 1º de maio/2008, 6,04% a partir de 1º de maio/2009, 5,06%, a partir de 1º de maio/2010, 6,40% a partir de 1º de maio/2011 e 4,14% a partir de 1º de maio/2012, o que resulta no percentual acumulado de 29% para o período. Além disso, foi requerido o pagamento das diferenças do que deveria ser pago com a aplicação da revisão e o que foi efetivamente pago, inclusive sobre os reflexos.

A ação movida contra o IPREM foi julgada improcedente e a entidade recorreu

ao Tribunal de Justiça, que ainda não analisou a apelação. E a ação movida contra o Serviço Funerário ainda não foi julgada em primeira instância.

Já a ação movida contra a Prefeitura – que visa atingir então os servidores da direta – foi julgada parcialmente, sendo certo que houve recurso da PMSP e também do Sindsep, requerendo a procedência total. O Tribunal de Justiça ainda não julgou esses recursos.

O juiz da 8ª Vara da Fazenda Pública entendeu como aplicáveis os argumentos da entidade, mas decidiu que o índice a ser utilizado para cálculo da revisão é o INPC e que qualquer outro reajuste concedido no período deve ser compensado do percentual a ser aplicado.

Diante disso o Departamento Jurídico aproveitou o recurso da Municipalidade e também recorreu, dentre outros pedidos, requerendo a manutenção dos índices indicados na inicial e que não sejam compensados todos os reajustes, mas apenas aqueles aumentos concedidos sob o título de revisão geral anual.

Trabalhadores querem modernização

HÁ MAIS DE 20 ANOS SERVIDORES QUE ATUAM NO SERVIÇO FUNERÁRIO SOFREM COM MÁS CONDIÇÕES DE TRABALHO, REMUNERAÇÃO INADEQUADA E FALTA DE INVESTIMENTO PARA O SETOR

A greve de 2011 garantiu contratação de emergência, gratificação de qualidade e concursos públicos. Mesmo com as vitórias (35 vagas para motoristas e 100 para sepultadores), após a greve o número de contratações foi insuficiente por conta de aposentadorias e salários inadequados que fez com que muitos servidores abandonassem o emprego.

Agora o governo fala em terceirizar parte dos motoristas. O Sindsep é contra esta alternativa. Já temos uma proposta aprovada pelos trabalhadores em 2013 e apresentada ao governo para reestruturação do serviço funerário. Queremos qualidade para o cidadão, investimentos no funcionalismo e concursos públicos.

Como medida para cobrarmos compromisso com o governo Haddad, o Sindsep organiza mensalmente os trabalhadores do Serviço Funerário em coletivos que debatem os problemas no setor e a pauta que será discutida nas mesas de negociação específica. A participação para os coletivos é aberta e o calendário está disponível no site da entidade.

Em agosto Sindsep voltou a se reunir com o Serviço Funerário do município de São Paulo (SFMSp), com o objetivo de expor os motivos pelo qual somos contra a terceirização. Com o fechamento da fá-

brica de caixões, passou-se a comprar de fora, e desde então a fábrica não foi recuperada, assim como a limpeza que era feita pelos próprios servidores e com a falta de contratação de novos trabalhadores, abriu-se mais uma vez para a terceirizada. Este tipo de serviço deixa a desejar, pois não há por parte do SFMSp um controle claro dos serviços executados, horas trabalhadas e trabalhadores que prestam serviço.

No caso da frota, já se tentou contratar carros e motoristas, no entanto o Sindsep teve ganho judicial e o SFMSp só pode realizar a contratação dos carros, uma vez que os motoristas devem ser diretos do SFMSp, pois é vedado a terceirização no serviço fim da Autarquia.

O assessor do SFMSp, foi informado sobre os questionamentos da reunião, tais como: os serviços são executados no limite do tempo, pois a demanda é grande e há forte pressão sobre os trabalhadores. Foi informado também que a maior parte das multas são ocasionadas por excesso de velocidade, faixa exclusiva, farol e radares, por conta dessa pressão.

Para o Sindsep a solução destes problemas é a contratação de motoristas em caráter emergencial e a realização de concursos públicos. Os motoristas que estão com problemas de pontuação poderão auxiliar diretamente os novos, saindo com os contratados até resolver a pontuação. É possível resolver o problema sem ameaça de processo de exoneração, pois agente de apoio é cargo largo e pode ser "reaproveitado" em outras funções, desde que seja treinado.

Principais pontos do Projeto do Sindsep para melhoria do Serviço Funerário

- Modernização no fornecimento de urnas ou caixões, remoção dos corpos, instalação e manutenção dos velórios públicos, autorização e fiscalização dos serviços geridos por particulares e o transporte de corpos para outros municípios;
- Metas de excelência nos serviços reestabelecendo para a administração direta os serviços de particulares;
- Construção de uma Sede Central de fácil acesso para um excelente atendimento à população;
- Criação de Polos Regionais modernizados para a prestação de todos os serviços para a população, com avanços tecnológicos e de informatização;
- Mudança do Polo Vila Maria somente após a construção dos Polos Regionais;
- Buscar formas mais modernas de

sepultamento, humanizando as condições de trabalho dos sepultadores e profissionalizando os servidores;

- Modernização do Crematório Vila Alpina e construção urgente de mais crematórios, modernizados e com prestação de serviços de Excelência;
- Redução da jornada de trabalho para trabalhadores que atuam diretamente na manipulação de corpos, com estudo e acompanhamento da saúde desses servidores;
- Combater a discriminação contra o serviço funerário;
- Criação de um serviço de assistência psicológica e psiquiátrica com acompanhamento permanente;
- Criação do cargo de Médico do Trabalho e Técnico em Segurança do Trabalho;
- Reestruturação das carreiras no Serviço Funerário e criação de cargos de Agentes Funerários - motoristas e Agentes Funerários - Sepultadores, além de adequação dos demais cargos e valorização profissional;
- Abrir Concurso Público para suprir o grande número de aposentadorias e readaptações funcionais.

Em resposta, o assessor afirmou que estão levantando dados, inclusive de origem das multas. Foi solicitada a situação de todos os motoristas junto ao DETRAN, mas essa informação ainda não nos foi dada. O assessor de imprensa concorda com a exoneração. O Sindsep continua

discutindo com SFMSp as condições de trabalho nos cemitérios, que é objeto de investigação no Ministério Público e exige o cumprimento dos prazos já estabelecidos e reafirma que são necessárias melhorias de fato nas condições de trabalho e não só a promessa.

Trabalhadores da Zoonoses conquistam retorno para a Secretaria Municipal de Saúde

AÇÃO CONJUNTA COM O SINDSEP FOI O ÁPICE PARA A CONQUISTA

Nesta Campanha Salarial 2014, o Sindsep já realizou inúmeras reuniões e manifestações e diversas categorias estão engajadas nesta luta. Dentre elas os Agentes de Zoonoses destacaram-se na Campanha Salarial 2014. Dezenas de agentes uniram-se ao Sindsep e lutaram contra o descaso do governo, aderiram ao estado de greve, realizaram manifestações e enquanto o governo não respondia suas reivindicações entraram em greve. Esta foi a única saída para trabalhadores que há anos não eram reconhecidos pelo governo.

A Campanha Salarial vem se mostrando uma verdadeira luta para os servi-

dores municipais. Há mais de um ano em negociação, o governo tem se mostrado difícil em negociar com os trabalhadores, que reivindicam apenas que suas propostas sejam atendidas.

As ações tiveram resultados e entre as conquistas obtidas pelos Agentes de Zoonoses está a criação de um quadro de Nível Básico na Secretaria Municipal da Saúde, que reconhece as especificidades técnicas dos agentes; criação de cargo de Agentes de Combate às Endemias; incorporação da Gratificação de Atividades R\$ 528,50; equiparação do salário mínimo do Estado R\$ 820,00; mesa permanente de Zoonoses na Secretaria da Saúde; e, a partir de janeiro, os trabalhadores agentes de apoio da Zoonoses terão 90 dias para optar pela carreira.



Além das conquistas aqui citadas, os trabalhadores da Zoonoses obtiveram também o compromisso da coordenadora da COVISA em discutir questões específicas como, segurança do trabalho, combate ao assédio moral e avançar as

questões interpessoais, além da criação de um novo uniforme.

Há também uma extensa lista de propostas feita pelos agentes, que já foi citada no boletim Especial Zoonoses. Enquanto todas as reivindicações não são atendidas, as discussões avançam e a luta continua.

Em Assembleia realizada no dia 20 de agosto, os trabalhadores votaram a favor do PL enviado pelo governo aos trabalhadores da saúde, que trata sobre a reorganização do Quadro dos Profissionais da Saúde e o regime de remuneração. Os agentes de zoonoses mostraram que somente com uma mobilização e enfrentamento conjunto somos capazes de conquistar o que desejamos e que é por direito nosso.

Jornal do Sindsep - Municipais/SP

Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias do Município de São Paulo
Rua da Quitanda, 162 - Centro - Tel. (11) 2129 2999
São Paulo/SP - CEP 01012-010

IMPRESSO

END. DEVOLUÇÃO: Rua da Quitanda, 162 cep: 01012-010 - Centro - SP		
PARA USO DO CORREIO	DATA	REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL EM
<input type="checkbox"/> Mudou-se <input type="checkbox"/> Desconhecido <input type="checkbox"/> Recusado <input type="checkbox"/> Falecido <input type="checkbox"/> Ausente	<input type="checkbox"/> Não Procurado <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado <input type="checkbox"/> Inf.escrita p/port/sindico	
ASSINATURA E Nº DO ENTREGADOR		

